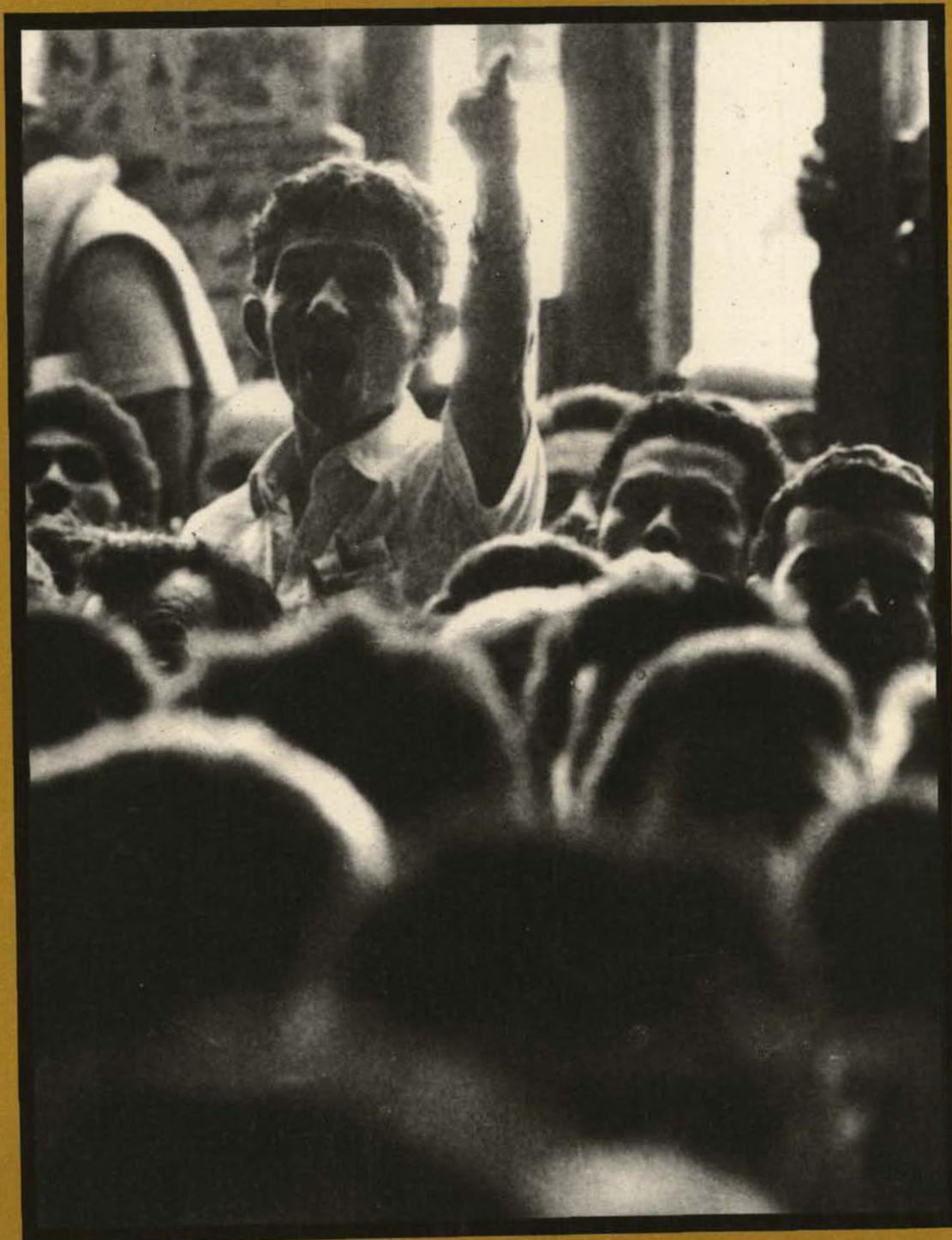


Sindicalismo no Campo

Reflexões



Balances e controvérsias

CADERNOS DO CEDI 21

Sindicalismo no Campo – Reflexões

Balanços e controvérsias

Rio de Janeiro
1991

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021) 224-6713
Telex: (21) 37982 CIED - BR
Fax: (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983 - Centro
01238 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 825-5544
Telex: (11) 26561 ECUM - BR
Fax: (011) 825-7861

Esta Publicação é uma produção do Programa
Movimento Camponês - Igrejas do CEDI

Coordenação Editorial

Leonilde Sérvolo de Medeiros
Maria Cecília de Oliveira Iorio
Regina Célia Reyes Novaes

Revisão

Nurit Weyrauch
Suzana Maria Pessoa Soares

Diagramação e capa

Alcino Demby

Foto da Capa

João Roberto Ripper

Paginação e composição

Christianne Salgado

Digitação

Dalva Celeste de Melo
Eloá Diniz Fajardo
Janete Ribeiro da Mota
Katia Elizabeth Simões dos Santos
Paulo Roberto Salles Garcia

ISSN 0103.5673

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S623

Sindicalismo no Campo: reflexões: balanços e contravérsias. — Rio de Janeiro: CEDI, 1991
108p

In Cadernos do CEDI. — N. 21 (1991)
Relacionado com: Sindicalismo no campo: Avaliação, perspectivas e desafios. — In Cadernos do CEDI. — N 20 (1990).
ISSN 0103-5673

1. Sindicatos – Trabalhadores rurais.

91-0730

CDD – 331.8813
CDU – 331.881:323.32

Índice

Apresentação 5

I - Representação sindical e lutas sociais: contribuições para um debate

A cultura socialista plebéia da CUT 7

Ana Maria Motta Ribeiro

Sindicalismo rural - qual a sua "base"? 20

Ivo Poletto

Sindicalismo e luta por terra 28

Neide Esterci

II - Organização dos assalariados: uma experiência

Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação 39

Francisco Alves

FERAESP: a controvertida inversão das regras do sindicalismo rural paulista 50

Vera Lúcia S. Botta Ferrante

III - Associações e sindicato: polêmicas atuais

Associações e sindicatos rurais: onde está o dilema? 57

Maria Emília Lisboa Pacheco e Jean-Pierre Leroy

Associação versus Estado: disputa e negociação 68

Mariana Pantoja Franco

IV - Dominação e conflitos: aspectos de uma relação

A dominação patronal no campo 77

Regina Bruno

Política de conflitos. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia - 1968-1990 92

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Apresentação

Em janeiro de 1990 publicamos o Caderno do Cedi nº 20, intitulado Sindicalismo no Campo. Avaliação, perspectivas e desafios. Colocava-se à disposição do público um conjunto de entrevistas com lideranças sindicais que se dispuseram a falar sobre questões polêmicas e sobre os desafios que se apresentavam para o trabalho organizativo no campo.

O resultado foi um retrato de uma CUT que, no meio rural, se mostrava em processo de construção, de definições, a partir de diferentes experiências sociais, vivenciadas em várias regiões do país.

Tratou-se naquele caderno de questões polêmicas como a que diz respeito ao perfil mais adequado de organização sindical para os trabalhadores do campo. Naquele momento, uma das perguntas que se colocava era: “É possível um único sindicato de trabalhadores, representar a diversidade de interesses e identidade que se conformam no meio rural?” Um outro debate presente estava referido à ação do Estado, em especial aquela relacionada com a proliferação de associações de pequenos produtores, um fenômeno que se generaliza nos anos 80. O caderno agrupava, em seu último bloco, um tema extremamente complexo e espinhoso: o das relações e disputas entre propostas sindicais distintas no terreno da luta pela conquista de espaços no interior da estrutura sindical.

Um ano e meio depois, criado o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, consolidadas algumas experiências, frustradas outras, as questões então colocadas permanecem atuais.

A repercussão da publicação nos levou a editar um outro Caderno, com reações, desta vez, dos estudiosos do tema.

Fizemos uma relação daqueles que convidaríamos para entrar neste debate. Nosso critério principal foi consultar pesquisadores com “um pé no movimento”. Vários - por razões as mais diversas - não puderam aceitar. Outros aqui estão, trazendo suas contribuições para a compreensão do passado e do presente, dos processos sociais em curso.

É preciso salientar que não pudemos garantir que todos os temas tratados pelos sindicalistas no caderno anterior fossem retomados pelos autores que se dispuseram a aqui apresentar suas opiniões. A “encomenda” foi que cada um reagisse livremente a partir de suas diferentes inserções institucionais e experiências profissionais.

O agrupamento dos textos que nos chegaram foi decidido a posteriori, através dos subtítulos fizemos uma das aproximações possíveis entre os artigos. O leitor certamente poderá encontrar outras.

Contudo, há um denominador comum entre eles, que está no objetivo de todos em polemizar e provocar reações e reflexões que possam contribuir para tornar mais eficaz a ação política dos trabalhadores.

*Leonilde Sérvolo de Medeiros
Maria Cecília de Oliveira Iorio
Regina Célia Reyes Novaes*

A cultura socialista plebéia da CUT

Ana Maria Motta Ribeiro*

1 - Introdução

Este artigo tem a intenção de se colocar como uma reação à publicação *Sindicalismo no Campo: Avaliação, Perspectivas, Desafios* (Cedi, 1990), onde constam depoimentos densos das principais lideranças rurais no campo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) sobre temas candentes, do ponto de vista das lutas que coordenam¹. Mas será adotada a postura de quem se situa “por dentro” deste campo, embora sem compromisso profissional com a entidade.

A idéia central deste texto se organiza pela vontade de opinar abertamente sobre a minha visão dos fatos e por uma pequena pretensão de elucidar alguns aspectos desse tão sintonizado “obscuro objeto de desejo”, a CUT, especificamente a sua manifestação no meio rural, considerando as enormes distorções que sobre ela recaem quando avaliada. Geralmente se nega à CUT, quando a analisam, o direito à contradição e ao conflito interno como parâmetros de “coisa positiva”, e têm tomado emprestado velhos modelos da teoria determinista ou ideologizado excessivamente as características de sua ação. Daí o valor inestimável dos depoimentos das lideranças de onde se pode obter indicação bastante realista sobre um projeto que ainda está em curso e, a meu ver, com o dever de acertar sempre que possível, mas que, para tanto, precisa errar.

A CUT, vista como cultura, pode ser algo que a assepsia burguesa não resista ou suporte. Ela, apesar de ter uma única ética, é também e ao mesmo tempo, analfabeta e culta, brega e chic, intransigente e com frequência troca a diplomacia pela “via de fato”.

Geralmente se toma a Central Sindical pela sua dinâmica corporativa e pelo patamar de suas demandas e

conquistas no plano econômico e político. Aqui, minha intenção é a de pensá-la como uma experiência, isto é, a sua prática revelando um modo de ser e uma visão de mundo que partem de um processo que eu chamaria de construção de classe, dentro do qual se explicita como uma de suas versões. Mas vendo esse processo em seus paradoxos que supõem, às vezes, até mesmo a reprodução de práticas do opressor, como discriminações culturais, autoritarismo, etc. Paradoxos que demonstram, apesar de tudo, uma tentativa de pensar diferente, olhar diferente, fazer diferente – e para a sociedade inteira, não apenas para si – vivenciar, enfim, esse seja-lá-o-que-for, socialismo plebeu!

E situando finalmente o foco de análise dessa experiência especificamente no âmbito do segmento de trabalhadores do campo, cuja história dentro da CUT já supõe uma dinâmica suficientemente rica e particular, para merecer a atenção e para “dar conta” do que presenciamos como fenômeno recente no sindicalismo em geral. Considerando-se, é claro, que a CUT já conquistou, de fato, autoridade simbólica e política sobre o movimento sindical no Brasil de hoje.

2. O “lugar” do rural na CUT

Na medida em que lutam juntos e constroem uma mesma unidade básica na elaboração de uma Central Sindical de Trabalhadores, os horizontes da organização e da mobilização se ampliam e se complexificam. Mas sobretudo o referencial teórico mais disponível se abala: os operários no poder e os camponeses a reboque?

Nós vamos disputar efetivamente essa direção, em cima da concepção que nós defendemos, que é a da

* Socióloga, professora da UFF e Doutoranda na UNICAMP

¹ Agradeço ao grupo de Sindicalismo do Cedi, como minha fonte de idéias: Beto e Regina Novaes, Leonilde, Regina Bruno, Luciano, Mariana, Cecília, Clara e Guillermo. Mas devo eximi-los de qualquer responsabilidade sobre as conclusões que aqui defendo.

multiplicação de lideranças, que é a de aproveitar a experiência que já está construída, que é a de elaborar um plano alternativo de lutas, e de estruturação mesmo do movimento sindical de trabalhadores rurais e do movimento sindical novo. (Cida, direção do Departamento Rural da CUT-MG, in: Cedi, 1990:110)

Desde que enfrentou o pluralismo para nascer, o sindicalismo cutista pode não ter acumulado vitórias e conquistas permanentes diante da correlação de forças para os “de baixo”, mas tem “liberado” forças sociais - materiais, culturais e mentais - bastante importantes na sua ação de classe, que podem servir de parâmetro para uma avaliação ou reconhecimento. E o “lugar” do rural é um bom lugar para se ver essa ação. Até porque ele é, sem dúvida, um lado problemático e extremamente sensível da CUT, considerando-se a conquista e a consolidação de suas propostas e metas.

O “lugar” do rural na CUT, assim como no imaginário de toda a sociedade da qual faz parte a própria CUT, é um cenário de pouca visibilidade, um espaço para o qual se reserva em geral a tradição e o passado. Ou ainda, para a sociedade, o rural é um local de atualidade atípica e cindida, onde alguns podem viver a fuga de uma nostalgia poética, enquanto outros são trabalhadores numa contem-

poraneidade reciclada pelo progresso e pela modernidade, organizados pelos interesses das elites que partilham uma visão basicamente reacionária sobre o trabalho. Dificilmente será de lá - do “mundo do rural” - onde as formas de exploração ainda assumem o arcaico e onde sobrevivem relações de domínio subjetivadas, que se poderá esperar, de acordo com esse imaginário, o surgimento dos agentes sociais do futuro.

Ao mesmo tempo, dada sua existência real onde se materializam acontecimentos humanos, esse espaço sempre ofereceu resistência ao desenvolvimento geral, ao progresso burguês que sobre ele precisou agir para superá-lo e subdividi-lo. E ele, enquanto produto da ação humana, delimitada nos segmentos dominados, reagiu e instituiu a memória social sob muitas formas de rebeldia coletivas ou individuais. Ora lutando pela manutenção do modo de ser rural dentro do qual tinham algum controle (até mesmo no protesto configurado na migração para as cidades), ora partindo para o confronto, diante do frágil compromisso que assumiam com a “vida industrial” que se apresentava como o fracasso da reforma agrária, a perda da autonomia de produtores, a expulsão de moradores e colonos, a proletarização ou a marginalização que chegava no ponto final dos “paus-de-arara” onde se distribuía a “sopa do Zarur”.

Vera Jursys



*I Congresso do
DNTR/CUT,
Votação em plenária*

E ainda existe reação, o que está acontecendo inclusive agora, só que com outra delimitação.

É fato histórico, pertencente à pós-modernidade capitalista, que esse rural hoje não pode mais ser tomado como lugar exclusivo da experiência - embora exista na história particular de homens e mulheres - porque os acontecimentos até o momento articularam de forma irremediável oposições de espaço e tempo: a experiência rural está explícita e implicitamente registrada na experiência urbana. E essa passou a ser a experiência dominante, apenas isso, sem negar o específico do rural nesse tempo presente.

E esse é o desafio da CUT: ir resolvendo a luta sindical, em cada situação, considerando essa vivência que parte desse fazer de classe na condição camponesa e ir, assim, mediando a constituição de uma nova elaboração da classe trabalhadora em geral.

Isso supõe ter a capacidade de absorver a tradição de luta dos rurais e readequá-la diante do que hoje se presencia como uma forte mudança nos grupos dominantes, assim como de articular os interesses dos explorados do campo e da cidade. Só deste modo essa entidade estará repensando a sociedade subordinada como um todo no seu encaminhamento, o que inclui superar o viés da submissão da sociedade rural (referencial na história social brasileira) para sociedade urbana recém-criada: de modo acelerado, atrasada em relação ao momento propício da urbanização do Primeiro Mundo e regionalmente centralizada. Com muitas contradições, portanto, a problemática não é apenas a do entrosamento das experiências rural e urbana. A questão é mais ampla.

Como se situa então a trajetória da organização de um setor de lutas "rural" na CUT, formando o sindicalismo que afirma pretender responder às questões da contemporaneidade como entidade contemporânea?

A organização desse setor não correspondeu a uma planificação prévia, mas é parte da própria dinâmica do movimento classista que levou à constituição de duas centrais. O sindicalismo rural contaguiano, francamente hegemônico, optou pela CGT e as oposições sindicais a essa linha permaneceram no sindicalismo que levou à fundação da CUT e que refutava vários aspectos da estrutura corporativa, dentre eles a aliança com as entidades do 3º grau (confederações) reconhecidamente pelegas, à exceção da própria Contag.

No 1º Congresso da CUT, em 1984, pôde-se vislumbrar a dimensão da presença rural naquele projeto. Os trabalhadores rurais vinham chegando em grupos enor-

mes, de norte a sul deste País, mas especialmente do Nordeste, descalços e com pouca roupa. O frio de São Bernardo era tanto que foi preciso a prefeitura socorrer com agasalhos porque havia gente quase literalmente morrendo de frio e a organização do evento não tinha como prever o problema nas proporções em que ocorreu. Não se esperava uma participação tão grande.

Durante os trabalhos do Congresso essa gente, na maioria "arrumadinhas pelas CEBs", tinha discurso, enfoque e comportamentos distintos dos verificados no movimento da Contag. Aparentando independência e com livre uso da palavra, colocavam-se muito desembaraçadamente, cada qual a respeito de suas regiões, e, ao exporem realisticamente suas dificuldades na luta, comoveram todo o congresso e marcaram o tom dos trabalhos. Os que presenciaram aquele fato não esqueceram o drama daquelas pessoas.

Mas traziam também uma pauta extensa, politizada e bem debatida. Reivindicavam direitos da cidadania. Quanto à terra, desprezavam o Estatuto da Terra e clamavam por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

Apresentaram um documento - "Sobre a Questão Agrária" - que foi debatido e aprovado nos grupos e na plenária final. Nesse texto, demonstravam visão ampla e articulada dos problemas que o capitalismo trouxe para os homens do campo e para a agricultura e agropecuária em geral. Destacavam a preservação das nações indígenas e sua cultura, a defesa das questões ambientais e reivindicavam a formação política e sindical dos militantes cutistas.

Todavia, neste 1º Concut eles tiveram - e souberam usar com sabedoria - um espaço grande que era produto da perplexidade e curiosidade daquela gente do mundo urbano. Não deixavam de ser "exóticos" numa plenária de metalúrgicos, bancários, médicos, professores, funcionários públicos, etc.

Ali mesmo já ficava clara a necessidade de muito empenho, a ser exercido no trajeto de consolidação do sindicalismo rural no interior do sindicalismo da CUT, porque esta se mostrava uma entidade de perfil "operário" com forte presença das classes médias urbanas (profissionais liberais).

Ainda nesse Congresso, um grupo de sindicalistas rurais - lideranças no campo de oposição à Contag e que já praticavam um sindicalismo alternativo, adotando outra metodologia de luta - já havia se colocado dentro da própria direção da CUT recém-fundada. Avelino Ganzer,

integrando a mesa diretora que se instalou no Congresso, junto com outras eminências do sindicalismo urbano de ponta, é uma das falas fortes registradas no editorial do jornal oficial do 1º Concut que circulou durante o evento:

E Avelino Ganzer, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, no Pará, lembrou que a CUT está sendo construída na raça, contra a vontade dos pelegos, dos patrões da cidade e do campo e do governo. (CUT, 1984)

Ocorreram também dois destaques de referência à bravura de luta dos trabalhadores e à violência das elites que simbolizaram a abertura deste Congresso: o sindicalista Paim, do Rio Grande do Sul, prestou homenagem aos 37 operários mortos na plataforma da Petrobrás em Campos, no estado do Rio, vítimas de acidente de trabalho. E o sindicalista Avelino rememorou o assassinato do líder rural Benezinho, de Tomé Açu, no Pará, com duras críticas à impunidade, o que foi registrado no mesmo Jornal do Congresso:

... a justiça não funciona e, por isso, o povo às vezes é obrigado a fazer justiça por suas próprias mãos, como fez contra os pistoleiros que assassinaram Benezinho. (CUT, 1984)

A contracapa do jornal foi inteiramente ocupada pelas notícias do assassinato de Benezinho e por homenagens poéticas de seus companheiros.

Esse era o clima do congresso que apostou num movimento sindical articulado campo-cidade. E, como o sindicalismo rural chegou na CUT costurando junto, não poderia, desde esse momento, ser um processo a reboque! Mas não deixava de ser uma esfera problemática.

A visão predominante na plenária do Congresso não diferia do imaginário social mais amplo. Olhava o companheiro rural como “mais pobre”, “menos informado” e, sobretudo, como “menos politizado”. Não se dava conta, o que ainda ocorre muitas vezes, de que as semelhanças resultam maiores do que a aparência, para poder considerar com mais objetividade e menos preconceito a importância da luta de classes no campo.

Mas o movimento rural no movimento geral da CUT sempre teve presença, embora barganhando espaço. Difícil convencer as direções urbanas de que a luta rural é tão importante e estratégica quanto a dos bancários ou dos metalúrgicos, por exemplo. Em cada situação, isso tem que ser ratificado e, ao que tudo indica, a disposição dos rurais ainda não foi abalada.

No 2º Concut, em 1986, havia crescido a necessidade de romper formalmente com a estrutura sindical cor-

porativa e, no interior do debate, surgiu a importância da particularização da organização dos trabalhadores rurais. Apareceram, então, as primeiras propostas, ainda embrionárias. Já se falava claramente que a CUT para avançar no meio rural teria que definir uma estrutura sindical adaptada à questão do campo, como informa o depoimento de Avelino Ganzer:

Já no 2º Concut orientavam-se os sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil a tomarem muita atenção: na sua grande maioria eram dirigidos por pequenos proprietários e tinham que criar secretarias para atender a grande diversidade que estava acontecendo, principalmente na questão dos assalariados. (Cedi, 1990:17)

No 3º Concut, em 1988, o movimento rural já havia se horizontalizado na experiência sindical em várias oportunidades de luta conjunta e de participação em atividades políticas de porte nacional. Lideranças viajavam de um lado para outro do País por causas urbanas ou rurais, convivendo nos seminários de formação ou frequentando os cursos do Instituto Cajamar.

A comunicação com as tendências - tidas pelo esquema contagiano como “a coisa ruim que divide os urbanos” - estava francamente desenvolvida. Havia também um esclarecimento maior sobre as questões gerais do capital. No fundo este convívio ajudava mais a identificar o próprio trabalhador como agente na classe do que fora dela.

A presença dos rurais no 3º Concut não foi marcada prioritariamente pelas estórias e “causos” de denúncia que de certo modo formaram uma literatura no 1º Concut, mas por uma tentativa de organização mais elaborada dentro da própria CUT, procurando unificar o setor de luta, sem reprimir ou censurar, entretanto, as diferenças ideológicas internas. Nesse Congresso, os rurais lutaram separados pela defesa das teses trazidas pelas tendências, cujo conteúdo apontava para diferentes concepções político-ideológicas de organização e direção da entidade. Questões fundamentais, portanto.

Vestiram camisas, defenderam posições nos grupos, bancaram até o fundo a divergência, pontilhando uma nova identidade sindical. Mas se articularam para ganhar a proposta de organização do setor não mais em secretaria (vinculada à Executiva Nacional, sem autonomia), e sim em Departamento, com autonomia política, administrativa e financeira, como os bancários e metalúrgicos. E o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) foi criado em um Encontro Nacional Extraordi-

nário realizado em abril de 1988, com representantes de 17 estados.

*Tratava-se de estruturar um dos principais departamentos por ramo de atividade da Central, num momento em que o trabalho de organização nacional já exigia uma direção coletiva (...) Foi eleita uma Executiva Provisória com a tarefa de estruturar o Departamento e preparar seu primeiro Congresso.*²

Já em 1990 acontecia o 1º Congresso Nacional do DNTR-CUT, em São Paulo, entre os dias 1 e 5 de maio, que começou, aliás, com a participação de âmbito nacional dos rurais no Ato Público de 1º de Maio em São Bernardo. Com extrema lucidez, a palavra de ordem de convocação do Congresso era “**Construir a unidade na diversidade**”, referindo-se, logicamente, às questões de ordem ideológica, mas, principalmente, às de ordem prática, reconhecendo a falsa homogeneidade da “tendência capitalista” e que o latifúndio mudou e a exploração se diversificou.

Verificou-se que na preparação do 1º Congresso do DNTR houve uma preocupação também ao nível da construção teórica, o que conduziu a um trabalho conjunto do DNTR com a Secretaria de Formação Sindical da CUT. Aconteceram dois seminários, o primeiro com dirigentes rurais, assessores e especialistas de universidades e organizações não-governamentais, visando iniciar uma problematização. O segundo, repetindo o tema (“Formas de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Hoje; Frentes de Luta; e Proposta de Estrutura Sindical”), ampliava o número de dirigentes rurais e, reduzindo a presença de assessores e especialistas, visava indicar algumas diretrizes relativas à implantação da CUT no campo. O objetivo era o de enfrentar questões polêmicas ao nível da organização sindical diante do importante desafio: construir uma política de estrutura sindical da CUT para o meio rural.

Neste momento aconteciam várias experiências distintas com o uso e trato dessa nova estrutura, o que dava às discussões uma dimensão real e aproximava o plano do raciocínio ao do concreto. O desafio, na verdade, partia de uma tentativa de dar a forma mais estratégica para o livre correr da mobilização e para aumentar a eficácia do confronto, respeitando a heterogeneidade apresentada pela realidade como um dado importante. **Rigidez de princípios e flexibilidade na estrutura** era a expressão que resumia, na essência, toda a discussão e

se configurava como uma orientação política mais geral, assim explicitada novamente por Avelino Ganzer:

A forma de organização pode ser diferenciada. O que nós não podemos deixar, em nenhum momento, é de ir avançando para construir, cada vez mais, a unidade política da classe. (Cedi, 1990:17)

Essas experiências com a estrutura sindical, que procuravam responder aos novos testes colocados pela modernização conservadora, buscavam também dar conta da diversidade de situações vividas pelos trabalhadores: assalariados (fixos, volantes, de empreitada), posseiros, parceiros, pequenos proprietários (tecnificados, tradicionais, integrados), e os sem-terra. Todos eles representando particularidades do ofício tipicamente rural, que nem mesmo as Ciências Sociais brasileiras estão acostumadas a considerar ou compreender. Imagine-se a mídia, como se confunde!

Ao mesmo tempo em que estão sendo tentadas, agora mesmo, novas propostas de estrutura e até a modernização da antiga, o debate vai rolando, algumas vezes revendo e questionando a fundação de uma Federação de Assalariados ou um sindicato específico de pequenos produtores, outras vezes absorvendo o fato de que, na nova estrutura, o movimento popular, que é mais amplo que o movimento sindical, deve ser contemplado pela Central e nessa linha cabem na CUT os sem-terra, o Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens e os sindicatos, as comissões, etc. Isso é a CUT no campo!

Nos depoimentos das lideranças rurais cutistas, registrados na publicação do Cedi (1990), por exemplo, podem se localizar incríveis diferenças de concepção entre eles, que são participantes de um mesmo projeto e, notadamente, a variedade de experiências concretas relativas à estrutura sindical. Pode-se ver que algumas são complementares e outras até opostas.

Nessa publicação, Avelino defende a desmunicipalização dos sindicatos (p.17); Luiz Silva defende a organização por ramo de produção (p.22); Trampolim defende a criação de comissões dentro do sindicato único: de assalariados, sem-terra, parceiros, pequenos produtores (p.24); Adelmo considera difícil a convivência dos assalariados com os pequenos produtores - “outra classe” - dentro do mesmo sindicato (p.28); e é reforçado por Cesinha que afirma que pequeno produtor não é da classe e prefere o sindicato especializado por categoria (p.47).

² Ver Documento oficial assinado pela Executiva Provisória, distribuído nas pastas do 1º Congresso do DNTR. São Paulo, 18 de abril de 1990.

No extremo oposto, Ari Thessing garante e assume que pequenos produtores são trabalhadores (p.39). Osmarino, por outro lado, explica que os sindicatos cutistas de sua região se formaram através do movimento do Conselho de Seringueiros, como um desdobramento das necessidades deste e não ao contrário, e, neste caso, se coloca contra o sindicato único para o Estado, apostando na base municipal (p.55).

Enfim, o que querem todos no fundamental é apostar na construção de um canal mediador que libere as forças em lugar de “controlá-las”, e permitir que a luta se ramifique em várias formas de encaminhamento da própria luta.

Apesar de demarcadas as posições, torna-se conveniente lembrar que, no entanto, essas lideranças - respeitada a individualidade de “cada cabeça” - têm um propósito comum: o de agir contra a estrutura e a cultura sindical anteriores, que representam o atraso e que estão internalizadas no sindicalismo desse País. De modo claro respondem às necessidades colocadas por sua prática dentro de cada contexto particular, porque também são expressão da diversidade que já foi assinalada. Nesses casos de desafio concreto, muitas vezes é difícil teorizar sobre a melhor ação quando se trata de implantar uma nova proposta sindical que se quer anti-pelega. Segundo Avelino:

Nós sabemos que podemos implementar essa proposta, muito mais através da nossa própria vida, da nossa própria prática, do que dizendo. Talvez se ensine muito mais a outro companheiro ajudando a fazer e não dizendo. São questões centrais que não estão claras para todo mundo. (Cedi, 1990:18)

De fato, diferente dos cientistas sociais que podem permanecer perplexos ou produtivamente ponderativos diante da “crise paradigmática” que abala sua disciplina, os agentes sindicais sabem que precisam “quebrar a cara” tentando uma solução porque precisam continuar buscando respostas, errando ou acertando. Isso faz parte do jogo.

E assim, a luta sindical rural torna-se o campo mais experimental da CUT e do sindicalismo contemporâneo, pelo menos no caso do Brasil, onde a prática da classe está sendo constituída na base de uma grande diversidade de formas de exploração e de inserções de homens e mulheres na esfera do trabalho, da produção e do acesso à terra; em mercados, enfim, fortemente alterados em período recente, relacionados com novas formas de desenvolvimento do capitalismo no campo que atingiu de

diferentes maneiras os segmentos do topo e de baixo da sociedade.

Da ação sindical no âmbito cutista continuam aflorando outras questões teóricas e práticas essenciais. Por exemplo, a definição da classe, cuja ordenação pelo determinismo econômico excluiria os pequenos produtores/proprietários da condição de “trabalhadores” e, portanto, de seu direito de participação na CUT. Ora, justamente o segmento rural que participou da fundação da entidade!

Daí se poderia perguntar: como ficam os pequenos comerciantes, os donos de oficina de fundo de quintal, as costureiras, os sapateiros? Todos donos de seus instrumentos de trabalho e, portanto, proprietários dos meios de produção.

A dimensão mais rica dessa discussão aponta para o esforço de respeitar a experiência, em lugar de supervalorizar a abstração teórica do arsenal marxista. Sem dele se afastar, no entanto, está mais próxima de atualizá-lo a partir da vivência dos agentes, questionando-o, portanto, do que de reificá-lo como dogma. Embora a “corrente leninista” seja forte e reaja, ela é, por outro lado, apenas uma das posições dentro da CUT, e não mais aquela certeza inquestionável e única.

Durante o seminário já mencionado, discutiu-se “classe” a partir das questões trazidas por sindicalistas rurais, levando em conta que a classe é um conceito que se constrói ao longo da luta, e a luta de classes é sempre um estado de movimento.

Considerou-se que classe é um conceito forjado na prática histórica, síntese contraditória de forças sociais. E que o conceito supõe a existência de uma dimensão política, sem a qual o que resta é um sistema classificatório. Classe é, por conseguinte, força social em oposição a outra classe, força social que se forja na organização, e força sindical que se impõe. Nesse raciocínio, o sujeito também se constitui na luta, na oposição e na identidade.

Destacou-se que nos momentos de conflito explícito é que aparecem blocos muito claros de classe. Quanto às classes no meio rural, sugeriu-se que devemos tentar ver essas forças se articulando, o que ocorre pelo menos em dois campos: CUT e Contag. A classificação só é necessária para saber como se orientar, por onde incidir a luta, quem incorporar, ou a quem se aliar. A capacidade de incorporar as forças políticas reais é que representa o meio de avançar com o movimento.

O que alimentou o debate foi uma forte polêmica com representantes de uma certa fração do sindicalismo urbano da CUT que, de sua ótica, praticamente negavam aos

pequenos produtores o direito de pertencimento à classe trabalhadora. Terminaram, entretanto, ponderando sobre os argumentos e face à evidência de que polemizavam com os personagens reais dessa discriminação, em igualdade de condições do ponto de vista da combatividade e enquanto lideranças.³

Sabe-se que essa discussão ainda continua em aberto em todo o campo da CUT, mas ressalve-se que o setor rural foi seu principal instigador, ao ser levado a tomar uma iniciativa de “parar para pensar” quando a reflexão se impôs como necessária: a variedade de soluções experimentadas na ação sindical indicou que empiricamente havia mais impasses do que orientações. Além do que a atuação das elites se estrutura cada vez mais de modo mais competente, como no modelo de ação da UDR, procurando cooptar os pequenos produtores.

Outros conceitos foram problematizados com muita riqueza durante os seminários, como, por exemplo, o conceito de “espaço”. Segundo compreendia aquele fórum, o “acúmulo de lutas” é que faz o espaço, e esse acúmulo responde às situações decorrentes da nova ordem distributiva da acumulação capitalista.

Frente a essa compreensão, supunha-se que uma outra geopolítica deve contemplar e fazer face aos movimentos populacionais campo-campo, campo-cidade e cidade-campo, provocados por intervenção estatal (no caso de projetos de colonização, que fizeram surgir os “retornados”); ou provocados por ação direta das elites, como a retração do mercado de trabalho sazonal que aumenta o contingente de bóias-frias e transforma essa gente em população itinerante; ou ainda diante dos movimentos de ocupação de terras que constroem novas comunidades/nova sociabilidade, num mapeamento de violência, conquista e repressão, e que não exclui as periferias urbanas. Essa geopolítica deve contemplar, portanto, como estratégicas, as áreas de resistência e rebeldia, porque é dali, desse “espaço” que ela está sendo escrita.

Discutiu-se também o conceito de história, que se destacaria enquanto “nova”, datada pelo processo de construção sindical com autonomia, fato ainda em curso e não conquistado.

Ademais desse plano de elaboração teórica - que no caso do sindicalismo rural se torna relevante diante do que no imaginário da sociedade se estigmatiza como uma

cultura ingênua e analfabeta - sobressai também o plano das atitudes.

A ação sindical no campo sempre foi difícil, mas hoje em dia precisa ser extremamente inteligente e articulada. É brutalmente perseguida e, no cotidiano, a reação das elites é tão diretamente violenta quanto, algumas vezes, bastante sutil. As questões ligadas ao modelo agropecuário e ao monopólio da terra mexem com interesses do grande capital nacional e internacional, os quais calam a imprensa, manietam o sistema judiciário, desrespeitam a legislação trabalhista, roubam direitos de cidadania, gritam e assassinam. Muito provavelmente, revela-se no campo a face mais “cafajeste” das elites nesse País.

Além do que, o sindicalismo rural procura agir sobre uma multidão dispersa, marginalizada dos equipamentos urbanos e do sistema educacional. Uma massa marcada pela diversidade visível de experiência que torna o elemento de identidade na exploração praticamente invisível. Um mundo de gente desprovida de qualidade nutricional que freqüente, basicamente, uma faixa de renda que não ultrapassa o “salário mínimo e meio” ou que ainda se locomove na condição “abaixo do mínimo”, principalmente no caso de mulheres e crianças. E com tudo isso, quando se forma um sindicato atrás da serra, depois da ponte, longe da estrada, onde não tem telefone, é que se compreende que essa gente está fazendo história.

Cercam o capital nas suas pontas: os atingidos das barragens reagem, os povos da floresta “empatam” a destruição da Amazônia, os canavieiros formam um salário de luta e demandam os direitos de cidadania, os sem-terra ocupam e fazem a terra produzir na sua função social.

Além disso, nos encontros, congressos, eventos de mobilização sindical, o “pessoal do campo” é sempre o mais alegre. Adoram falar no microfone, nos intervalos transformam o ambiente das plenárias em feira artística: tem música, muito instrumento, forró, piadas, repentes, cachaça, chimarrão e poesia. Tem reza também para “proteger” o encontro, com música de luta e música de redenção.

É essa atitude rural que vai à luta ou vai à festa com seu mesmo jeito camponês de ser. Imagine isso no caldo de uma cultura socialista promovida por trabalhadores...

³ Esse debate, tão pobremente resumido, foi extremamente rico para quem o testemunhou, porém, infelizmente, dele não se fez nenhum registro oficial.

O “lugar” do rural na CUT, finalmente, é esse: supõe muita coragem em escolher ser uma liderança sindical em lugar de se acomodar.

Nossa luta não será só de flores.

Assim como não é feita de flores a nossa vida! (Avelino Ganzer, no 1º Concut)

3. O socialismo “plebeu” da CUT

A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. (Williams, 1979:110)

A menção a um tipo de socialismo diferente do “divulgado” oficialmente, seja aquele carimbado por modelos da esquerda ou da academia, ou ainda o inferido pelas elites ao setor popular organizado, nos termos de seus próprios interesses, ganha sentido quando um movimento social classista, promovido por aqueles que se encontram a partir “de baixo” da sociedade, está sob análise, como é o caso da CUT. Pode ser que o processo de constituição desta entidade não cumpra a realização dessa cultura

contra-hegemônica (e certamente ainda não cumpre de modo total). Mas, de toda forma, é no campo alternativo e oponente das formas de política e de cultura que ele se situa.

Aliás, socialismos existem muitos: leninista, trotskista, cubano, albanês, russo, nicaraguense, francês... Ou verde, vermelho, moreno... Por que, então, um socialismo plebeu?

Entre nós, o homem do povo, o plebeu, peão, o camponio, não possui essa confiança interior e profunda, que é a fibra central do caráter do cidadão suíço, alemão ou inglês, que é a fibra central do caráter de qualquer homem. O homem que não tem terras, nem escravos, nem capangas nem fortuna nem prestígio, sente-se aqui, praticamente fora da lei. Nada o ampara. Nenhuma instituição, nem nas leis, nem na sociedade nem na família, existe para sua defesa. Tudo concorre para fazê-lo um desiludido histórico, um descrente secular na sua capacidade pessoal para se afirmar por si mesmo. Desde os primeiros dias da colonização, sempre se vê diante dos poderosos, das suas cobiças, das suas arrogâncias, das suas animosidades, tímido, pusilânime, receoso, encolhido. O que os quatro séculos da nossa evolução lhe ensinam é que os direitos individuais, a liberdade, a pessoa, o lar, os bens dos homens pobres só estão garantidos, seguros, defendidos, quando têm para ampará-los o



Vera Jursys

I Congresso do DNTR/CUT: no intervalo, música e poesia

braço possante de um caudilho. Essa íntima convicção de fraqueza, de desamparo, de incapacidade, se radica na sua consciência com a profundidade e a tenacidade de um instinto. (Vianna, 1987:99)

A partir dessa definição do “plebeu nacional”, vale certamente pensar o socialismo desses “plebeus” no tempo, na corrente da virada histórica de um povo. Virada que sequer está concluída mas ninguém pode interrompê-la, no máximo interferir pela força. Isso pode extrapolar os dilemas apontados por Rodrigues (1990), que indica o ethos do socialismo como responsável por um “impasse” no crescimento e modernização da CUT.

É sobretudo interessante datar a formação desse ser social “plebeu”, desde o período colonial, a partir do imaginário dos segmentos dominantes que assim procuravam modelá-lo e, portanto, pela descrição da trajetória dos potentados, apresentada pelo pensamento positivista, sem a menor ingenuidade, e onde a oposição classista aparece indicada pelas categorias “aristocrático” e “plebeu”, atores sociais emergentes na constituição da sociedade brasileira em raízes rurais.

Afinal, existe todo um investimento ideológico e uma forte ênfase na história oficial quanto à vivência aristocrática de nossas elites e sua capacidade de direção e governo do País, contrastando sempre com a flagrante fraqueza de nosso povo, miscigenado e sem capacidade de autonomia.

É daí que sociólogos brasileiros, entre eles Oliveira Vianna, falam da existência de uma estrutura cultural que seria reflexo da estrutura econômica pré-capitalista de nossa sociedade agrária, cuja base, para ser aristocrática, não supunha títulos, mas a posse de terras, escravos e poder político.

Bem aceita, essa hipótese sociológica afirmava ainda que a natureza desse pré-capitalismo na formação da sociedade era a chave para a compreensão do viés aristocrático dos segmentos sociais que seriam mais aptos a coordenarem a objetivação das novas idéias econômicas do grande capitalismo moderno que nasceu a partir de lutas e sublevações no Primeiro Mundo.

Inicialmente, porque o Brasil, na zona periférica, não teria vivido nem a “intensidade psicológica” nem a “estrutura técnica” com que teria se manifestado esse capitalismo nas regiões clássicas de sua formação. E isto face à evidência, de que aqui se desenvolvia uma civilização de tipo agrário e pastoril, ou semi-urbana e artesanal. E, finalmente, porque o “espírito capitalista” nunca teria chegado a ser um traço dominante da nossa “estrutura

culturoológica”, tendo em vista que a nova ordem se introduziu sem alterações fundamentais na organização social e econômica anterior (já que o positivismo não enxerga a existência de lutas de massa ou de derramamento de sangue) e, ao mesmo tempo, curiosamente, não teria se cristalizado nas altas burguesias e elites industriais uma mentalidade capitalista moderna com sua preocupação absorvente de lucro.

Em seu livro, Leôncio Martins Rodrigues admite que “... o ethos socialista foi funcional nas fases de luta pela consolidação dos sindicatos mas passou a ser disfuncional quando se tratou de ampliar o poder sindical no interior de sociedades desenvolvidas e democráticas”. Para mim está suposto um modelo “europeu” de socialismo que se formula como incompatível de gestação no interior do capitalismo, a priori, e, ao mesmo tempo, uma concepção muito específica de ação sindical que se expõe, como limitativa para a relação entre as lutas econômica e política ou para o significado das necessidades imediatas e gerais nas reivindicações.

Inclusive para pensar o século XX, Vianna desenvolvia o que eu chamaria de uma explicação lógica:

É possível que do ponto de vista de sua organização material, o nosso atual supercapitalismo industrial, florescente em São Paulo e no Rio, haja atingido até mesmo ao ‘neotecnicismo’ (...) e às ‘concentrações’ (...); mas, do ponto de vista do espírito e dos sentimentos que o animam, abre-se-nos, ainda aí, (...) uma larguíssima margem em favor das nossas velhas tradições pré-capitalistas. E isso é fundamental para uma compreensão realista da gênese e da evolução da questão social no Brasil. (Vianna, 1988:179)

Seria possível descrever, acompanhando os positivistas, duas lógicas básicas na caracterização das elites nacionais na origem de sua formação: a primeira, o descrédito a quem dependia de lucro para viver, tomando o dinheiro principalmente como meio, valorizando a ostentação e os privilégios políticos - genitores da “mordomia” - e o encastelamento do poder na propriedade de terras e escravos. A segunda, o reconhecimento da existência de classes distintas e até opostas, mas apenas do ponto de vista de uma estratificação, considerando que negavam a existência de uma “luta de classes” no Brasil.

Pautando o comportamento “aristocrático”, ao mesmo tempo dominador e paternal, vicejavam dois preconceitos mais significativos nas elites. O preconceito racial, que condena o mestiço e o negro a uma subalternidade humilhante (“mesmo entre os homens do baixo povo, o fato de

Política de conflitos – o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1968-1990)

*Alfredo Wagner Berno de Almeida**

Grupos indígenas e camponeses, procurando desesperadamente a sua autopreservação, podem ter sido impelidos, a partir do final dos anos 1960-70, em inúmeras regiões da Amazônia, a uma **política de conflito**. A finalidade precípua deste movimento consistia numa defesa espontânea contra as investidas de interesses agropecuários, madeireiros e mineradores que, incentivados pela ação governamental, abalavam o sistema de posse pré-existente. A ação fundiária oficial, através da “colonização dirigida”, intrusou inúmeras áreas indígenas¹ e, com a concessão e alienação de imensos domínios territoriais a grandes grupos econômicos, levou a ameaça de destruição a posses já consolidadas ou em fase de consolidação pelas famílias camponesas.

A inflicção de danos, pela beligerância dos mencionados grupos econômicos presentes proprietários de áreas não tituladas, desencadeou um processo de violência permanente, cujas proporções ultrapassam, em larga medida, os mecanismos coercitivos que tradicionalmente sustentam os latifúndios. O traço essencial desta violência é que não sendo capaz de criar de imediato valores monetários, ela arrebatava brutalmente os recursos básicos e o produto do trabalho de antagonistas mais frágeis (ENGELS;

1976:145). A força dela derivada pressupõe, portanto, condições econômicas prévias bastante reais para seu exercício.

Nos meandros deste sistema repressivo (MOORE Jr; 1973), a força tornou-se, todavia, um instrumento tão efetivo de controle e coerção, quanto de reivindicação e luta. Vistos sob este prisma, os conflitos constituem não apenas uma manifestação de autodefesa, mas também uma forma de índios e camponeses lidarem com as pressões que se adensaram sobre suas terras num determinado período de tempo. Mais do que isto, passaram a significar uma maneira de se relacionarem com os aparelhos de poder, cuja característica maior de intervenção refere-se à “administração por crise”, e com a sociedade nacional.

Estes segmentos camponeses conflitantes, designados como **posseiros**, numa interpretação preconcebida tem sido classificados como grupos sociais de “difícil organização”, que “não tem nada a perder” e que apostam sempre nas possíveis vantagens de uma “radicalização”, insistindo no confronto a todo custo. Mesmo considerando que a classificação de **posseiros** é uma designação genérica com diferenciações internas por serem aclaradas, pode-se asseverar justo o contrário.

* Antropólogo

N.A. O presente artigo, com pequenas alterações e achegas, constitui um dos tópicos do segundo capítulo do trabalho intitulado **Conflito e Poder. Os conflitos agrários na Amazônia, segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1968 - 1989)** apresentado ao PNUD-SUDAM em janeiro de 1990.

N.E. Do conjunto dos artigos que compõem esta publicação este é o único que não se remete diretamente ao Caderno do CEDI nº 20. Sua inserção na presente coletânea se justifica por recuperar a experiência de organização sindical na Amazônia e trazer uma interpretação sobre as questões tratadas naquele caderno.

1 Em 18 de setembro de 1974 INCRA e FUNAI celebraram convênio “perquirindo a delimitação e a demarcação das terras dos índios localizadas nas áreas de atuação do INCRA” (Cf. “INCRA - desenvolvimento e integração. GT-Por 724/76”. Brasília, 1978). As áreas de atuação do INCRA incidem em inúmeras áreas indígenas na Amazônia, ou mais exatamente, no Mato Grosso, Pará, Acre, Goiás, Maranhão e nos territórios Federais de Rondonia e Roraima.



Posseiros na Gleba Curral da Pedra, Conceição do Araguaia – Pará

Está-se diante de pequenos produtores agrícolas, que compõem unidades de trabalho familiar, detentores de benfeitorias, roçados e animais de tração. Não se encontram subordinados por modalidades de trabalho assalariado. Constituem-se em “camponeses livres”, que abriram áreas próprias de cultivo em terras devolutas e disponíveis, à margem das grandes explorações agropecuárias. Mantém ligações com os circuitos de mercado de produtos agrícolas independentemente de “plantations”, agroindústrias ou projetos pecuaristas. Através do processo de ocupação das chamadas “terras livres” da Amazônia, adquiriram capacidade econômica e operacional para suportarem pressões e travarem confrontos prolongados, ainda que técnica e bélicamente desiguais. Observe-se que, nos conflitos de terra na Amazônia, a sofisticação técnica pode não superar obstáculos naturais como a densidade das florestas e as chuvas abundantes. Isto pode levar os que detêm instrumentos mais rústicos,

artesanais, imperfeitos ou tecnologicamente mais atrasados a lograr vitórias parciais, que são o suficiente para garantir uma área de plantio ou para assegurar pelo menos uma colheita.²

Em termos de capacidade de mobilização, trata-se de camponeses que, no decurso de anos de migração e deslocamentos sucessivos, tiveram também algumas experiências anteriores de confronto.

Os antagonismos repetidos levaram ao contato com as estruturas de poder e à percepção mais integral de seus direitos constituídos. Neste sentido é que se pode afirmar que não só possuem “recursos táticos” (WOLF; 1984: 346-348) mas também capacidade mobilizatória, conseguindo **transformar os mecanismos coercitivos de dominação em conflito e até mesmo em violação de seus direitos assegurados em lei**. Desnaturalizam formas de dominação, politizando suas relações com os aparelhos de poder e demais instituições, notadamente a

² Os relatos dos trabalhadores rurais sobre a utilização de veículos com chapas de ferro adaptadas, a molde de carros blindados, por milícias privadas na invasão do povoado de Aldeia, região de Bacabal (MA), no carnaval de 1988, e no despejo de posseiros da Fazenda Santa Teresa em Redenção (PA), no decorrer de 1986, assinalam a impossibilidade de se locomoverem em valas abertas nos caminhos e no período das chuvas. Nas duas oportunidades mencionadas as “inovações” bélicas, de onde partiam os disparos com armas de fogo, tiveram seu uso limitado por recursos naturais ou noções rudimentares de autodefesa.

partir do fim da primeira metade dos anos 1970-80. Em decorrência, há zonas críticas de conflito e tensão social de caráter crônico. Há situações de conflito que já perderam há mais de duas décadas e se projetam igualmente como inegociáveis. Localizam-se nos vales dos rios Pindaré, Grajaú, Tocantins, Araguaia e Purus, ou seja, na Pré-Amazônia Maranhense, no Sul do Pará, no norte de Goiás (hoje Tocantins), no norte do Mato Grosso e no Acre. Tal persistência pode ser entendida como uma ruptura com os mecanismos de imobilização da força de trabalho e de expropriação camponesa que sustentam o mencionado sistema de agricultura repressiva, sugerindo situações de um relativo equilíbrio de forças que não permite que se assinala quaisquer vitórias definitivas.

A representação dos conflitos agrários como forma de relação é, entretanto, dinâmica e não se acha confinada espacialmente. Se é fato que há ocorrências de conflito que persistem em determinadas regiões, é igualmente verdadeiro que sua configuração conhece alterações no tempo. Os estratagemas de confronto urdidos são redefinidos sucessivamente. A manutenção da ocupação das áreas de cultivo e moradia pelos camponeses implica numa compreensão dos movimentos dos antagonistas. Assim, no decorrer de uma situação de conflito, num único período de tempo, tanto pode haver um aumento da coerção, quanto um aumento das reivindicações. Os conflitos numa área sob jurisdição do GETAT, entre 1980 e 1986, denominada Bico do Papagaio, ilustrariam sobremaneira esta concomitância.

As redefinições certamente acarretam uma mobilização contínua. A cada ciclo agrícola o clima de "paz armada" dura até o final da estação das águas, em junho ou julho. Com a preparação das áreas para o plantio, os enfrentamentos diretos se sucedem. Os povoados camponeses e os chamados centros conhecem uma nova divisão de trabalho. Há os que cultivam nos roçados dispostos continuamente e há os que vigiam. Mais numerosos, os camponeses se dedicam a superar suas deficiências técnicas de armamento com vigilância extrema e recursos simples para evitar ações imprevistas, tais como: valas abertas nos caminhos e troncos caídos obstruindo as veredas de acesso. Sobretudo os que vem dos garimpos conhecem algumas técnicas elementares de engenharia, seja para cavar rápido, seja para desviar pequenos cursos d'água. O que se tornaria difícil fazer com trabalho assalariado, nestas regiões de mata, os camponeses executam segundo suas regras de reciprocidade positiva, obtendo um equilíbrio relativo de forças face ao poder bélico de milícias privadas.

Mediante desdobramentos desta ordem, os conflitos inclinam-se a ser também uma forma de organização embutida na realização do processo produtivo e que requer adaptações aos confrontos prolongados e sem perspectiva imediata de resolução. O "poder tático" (WOLF; *ibid*) de que dispõem pode conhecer limitações e pressupor, no tempo, mediações e apoio externos, tanto quanto níveis mais formais de organização. Situações de inegociabilidade e de pressão continuada podem ter facilitado, assim, a mediação externa pelo clero local antes mesmo da mediação haver sido definida pelas autoridades eclesiásticas como política de intervenção e assessoramento regular em conflitos agrários na Amazônia, tal como assinala a criação da CPT em 1975.

Por outro lado, observa-se que os conflitos se difundiram de maneira mais veloz e difusa do que a estrutura sindical dos trabalhadores rurais naquele momento poderia assimilar. O programa de reivindicações da CONTAG, cerceado pelo golpe militar de 1964, somente foi retomado após as eleições sindicais de 1968 e concentrava-se, principalmente, no Nordeste e no Centro-Sul do país, regiões com maior mobilização e mais afetadas pela repressão aos movimentos camponeses que se seguiu ao golpe militar. Na diretoria eleita para a CONTAG em 1968 não havia nenhum representante da Amazônia, aliás nem compoendo a diretoria, nem entre seus suplentes, nem no Conselho Fiscal. Embora a Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará tenha sido criada em dezembro de 1968, este ato não representava exatamente uma intensa organização sindical na região, onde apenas sete Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) eram reconhecidos. A Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (FETAEMA) foi fundada em abril de 1972, quando estavam reconhecidos 12 STRs. Tal representação formal era por demais restrita e apresentava baixos índices de representatividade.

Os conflitos enquanto forma de organização tanto conduziram os camponeses a criar e ampliar suas entidades sindicais como, mais frequentemente, possibilitaram que se vinculassem às instituições confessionais e demais associações voluntárias de apoio tomadas mediadores externos. Mesmo que não se excluam e, em grande parte, sejam complementares, estas vias de acesso a mobilizações mais organizadas apresentam sensíveis diferenças no encaminhamento das reivindicações camponesas e no encaminhamento de resoluções dos antagonismos. Outrossim, concorreram para o fortalecimento de movimentos sociais que surgiram fora dos marcos tradicionais do controle

imediate, e com a participação dos trabalhadores". Não há qualquer credibilidade nos órgãos fundiários para resoluções sem que haja acompanhamento e vigilância pelos trabalhadores rurais. O instrumento que reivindicam refere-se à desapropriação por interesse social, ao mesmo tempo que afirmam:

"É inaceitável que a questão agrária seja considerada matéria de segurança nacional" (ibid. 60)

Quanto à Amazônia, reivindicam a imediata extinção do GETAI e do GEBAM.

V

Os documentos apresentados no 4º Encontro Nacional sobre Conflitos de Terra, realizado pela CONTAG em abril de 1984, constataram uma "escalada da violência nos conflitos agrários". Quanto mais se aproxima a data da transição mais parece aumentar a belicosidade dos interesses latifundiários. Do mesmo modo que o levantamento da CPT referente a 1984, tem-se a ênfase na violência condicionada pelos processos reais. O relatório elaborado pela CONTAG intitula-se: "A violência no campo pela mão armada do latifúndio 1981 a junho de 1984 - torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidades e expulsão de trabalhadores da terra". Chamam a atenção para o "crescimento geométrico da violência" (CONTAG, 1985^b: 2), tanto nos conflitos em torno da terra, quanto nos conflitos trabalhistas.

"Os assassinatos de dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores em luta pelos seus direitos que foram 10 em 1980, 15 em 1981, 16 em 1982, foram 46 em 1983 (...) Nos seis primeiros meses de 1984, já tivemos mais assassinatos do que durante todo o ano de 1980, 1981 e 1982. Entre janeiro e junho, do ano em curso, foram assassinados no Brasil, 21 trabalhadores rurais e líderes sindicais. Só o Estado do Maranhão conheceu 10 assassinatos". (ibid. p. 3)

Dentre os objetivos mais frequentes dos atos violentos mencionam o de expulsar trabalhadores de suas terras e de impor jornadas de trabalho insuportáveis. Exemplificam com os casos de desmatamento na Amazônia, durante os meses do chamado "verão", ou seja, entre junho e novembro aproximadamente.

VI

No relatório de 1985, transformado em ofício enviado ao Ministro do MIRAD, a CONTAG procede a um exercício de totalização de dados, que podem ser dispostos em tabela, considerando-se os mesmos critérios que adota desde 1980. Para chegar aos totais e quantificar os dados contidos na documentação dos STRs foram utilizados os critérios seguintes: quando a denúncia refere-se a "dezenas" computou-se 10(dez), "centenas" registrou-se 200 (duzentos), "vários" anotou-se 2 (dois) e ainda; "Cada área de conflito foi contada isoladamente e no caso de áreas indeterminadas (ex. áreas adjacentes) foram anotadas 2" (CONTAG, 1985^c: 45)

Quadro demonstrativo dos conflitos de terra na Amazônia legal (1982-1985)

U.F.	nº de Município	nº de áreas	nº de Famfl.	Reivindicação: desapropriação	
				áreas	Famílias envolvidas
AC	06	021	+ de 714	21	+ de 714
RO	05	006	+ de 248	1	s/especificação
AM	08	028	+ de 400	-	-
PA	12	045	+ de 14.464	25	+ de 13.496
MA	47	091	+ de 18.359	95	+ de 10.103
GO	25	051	+ de 1.970	27	+ de 1.080
MT	11	021	+ de 3.190	6	+ de 69

Fonte: CONTAG, 1985^c

Obs.: Os Estados de Goiás e Mato Grosso foram contabilizados como um todo, não apenas os municípios incluídos na chamada Amazônia Legal.

A totalização dos dados relativos à violência refere-se a: *"Foram assassinados 239 lideranças de trabalhadores rurais e assessores, nos últimos 5 anos, computados aí somente aqueles constantes da relação elaborada com base em dados fornecidos pelas Federações e STRs filiados, sendo que 73 desses somente no ano de 1985"* (p.2)⁹

Confrontados com os totais da CPT para o mesmo período, constata-se que apresentam números inferiores, posto que a abrangência da coleta de dados daquela entidade é mais ampla, incorporando dados veiculados pela chamada "imprensa popular" e denúncias feitas fora do âmbito das organizações sindicais.

VII

O 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em Brasília entre 25 e 30 de maio de 1985

9 Leia-se: Nota Oficial da CONTAG. Brasília, 20 de setembro de 1985 em anexo: Quadro de assassinatos agosto/setembro de 1985. Leia-se também: CONTAG: Ofício n. AJ/2565/85 ao Presidente José Samey Brasília, 29 de outubro de 1985. 7pp.

